

HORA DA TRAMITAÇÃO

Governo apresenta arcabouço, e Lira diz que pretende votar texto até 10 de maio



Urgência. O presidente Lula, entre Arthur Lira e Veneziano Vital do Rêgo (representando Rodrigo Pacheco) entrega a proposta do novo arcabouço fiscal ao Congresso, com Haddad e Simone Tebet

MANOEL VENTURA, PAULA FERREIRA, GABRIEL SÁBÓIA E CAMILA TURTELLI editoria@oglobo.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou ontem o projeto do novo arcabouço fiscal nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Após semanas de discussões internas, a proposta que vai substituir o teto de gastos chega ao Congresso como o primeiro grande teste da base aliada do governo. O projeto é fundamental para definir o espaço que Lula terá para gastar nos próximos anos de mandato. Após receber o projeto, Lira afirmou que a intenção é encerrar o tema na Câmara até 10 de maio.

— Temos um compromisso e um desafio de discutir uma reforma tributária no primeiro semestre, e é importante que nós tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes da reforma tributária. Portanto, a gente tem prazo. Se a gente puder cumprir o prazo de até 10 de maio na Câmara, atende bem — afirmou o presidente da Câmara.

Lira afirmou que anuncia hoje quem será o relator da proposta. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o mecanismo funcionará bem se a agenda foi cumprida, citando medidas para aumentar a receita. Segundo o ministro, há quase R\$ 600 bilhões de renúncia fiscal no Orçamento e quer rever apenas um quarto dessa renúncia "para garantir a sustentabilidade fiscal do país".

— O Brasil não aguenta mais tanta sangria, é muita sangria — disse Haddad, completando que a reforma tributária virará na sequência, para garantir a sustentabilidade de longo prazo.

OPOSIÇÃO QUER AJUSTES

O projeto terá que ser aprovado com o apoio de pelo menos 257 dos 513 deputados, a chamada maioria absoluta. Depois, segue para o Senado, onde precisa do aval de 41 dos 81 senadores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que acredita numa tramitação rápida. Ele viajou para Londres antes da reunião com Lula e foi retransmitido por Vital do Rêgo.

— Nós vamos nos dedicar a uma apreciação rápida do arcabouço fiscal — disse. O projeto chega à Câmara

num momento em que o governo ainda engatinha na formação da base e sem que nenhum projeto de relevância tenha sido votado. Questionado sobre isso, Lira afirmou que essa preocupação é da articulação política do governo, mas o arcabouço é de interesse público.

— Vamos pensar com tranquilidade. Não vamos antecipar outras situações. Esse tema é de interesse nacional — disse Lira.

O governo acredita que o arcabouço será aprovado e que a maior negociação será sobre o espaço para gastos e outros detalhes da regra. Lideranças da oposição e de partidos de centro criticaram trechos do texto, principalmente sobre a possibilidade de o descumprimento das metas não configurar infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (leia mais sobre o tema na página 14).

— Qual é a segurança que um investidor pode ter no Brasil, diante de uma proposta como essa, para a gente conseguir avançar o crescimento no país? — questionou o líder do PL na Câmara, deputado Altenir Cortes (RJ).

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), disse que o proje-

to passará por ajustes: — Vai ser necessário que haja um ajuste para que esse dito arcabouço possa de fato, minimamente, estabilizar o crescimento da dívida pública, algo que interessa a todos.

LISTA MAIOR DE EXCEÇÕES

O governo deve pedir urgência na tramitação do projeto e fazer com que o texto vá direto para o plenário da Câmara, sem passar pelo crivo das comissões da Casa. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), disse que há chances de o projeto ser aprovado em menos de um mês. De acordo com ele, o texto deve pular a fase de comissões e ir direto à análise do plenário, o que encurta o caminho até a aprovação.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que há um clima "muito positivo para a aprovação" da proposta: — Vamos garantir ao país previsibilidade, credibilidade e estabilidade.

O projeto apresentado ontem traz inovações em relação às primeiras informações dadas pelo governo. O texto final do arcabouço deixa algumas despesas fora da regra, como já ocorre hoje com o teto de gastos.

Os gastos com o aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional ficarão fora da regra. A nova proposta, porém, tira desse trecho as empresas financeiras. Dessa forma, eventuais aportes feitos em bancos como BNDES e Caixa Econômica Federal estarão dentro da regra e consumirão o espaço das despesas. O mesmo ocorrerá para empresas dependentes do Tesouro, como já ocorre hoje. Todas as despesas de estatais dependentes, como a Infraero, farão parte da regra fiscal.

No total, são 13 exceções, como créditos extraordinários (editados apenas em casos de urgência e imprevisibilidade) e pagamentos de precatórios com descontos. A complementação para o Fundeb (fundo da educação básica) e a transferência para estados e municípios pagarem o piso de enfermagem também ficam fora da regra.

O arcabouço fiscal prevê limites de despesas fixados por Poder. Haverá limites individuais para o Executivo Federal, para o Judiciário, para o Legislativo (Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União), Ministério Público da União e Defensoria Pública da União.

OS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA

Como funciona a nova âncora:

- O aumento das despesas será equivalente a 70% do incremento real da receita no ano anterior.
- As despesas sempre crescerão entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da inflação. O objetivo é criar um mecanismo anticíclico. Ou seja, em momentos de economia mais fraca, o gasto seria maior. E em momentos de alta, isso não viraria gasto.

O que o arcabouço prevê:

- Zerar o déficit público da União no próximo ano.
- Superávit de 0,5% do PIB em 2025.
- Superávit de 1% do PIB em 2026.

Meta com intervalo:

- As contas públicas perseguirão as metas citadas acima.
- Essas metas têm um intervalo de cumprimento em percentual do PIB. A meta estará cumprida se oscilar 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo.
- Caso o resultado fique abaixo do piso da meta, os gastos no ano seguinte só crescerão o equivalente a 50% da alta real da receita.
- Se o resultado ficar acima do limite da meta, o excedente será usado para investimentos.

Piso para investimentos:

- Haverá um piso para os aportes em investimentos. Em 2023, será de R\$ 75 bilhões, que deve ser corrigido pela inflação nos anos seguintes. O governo pode gastar mais, se encontrar espaço no Orçamento.

Saúde, educação e outras despesas fora da regra fiscal:

- Gastos com o Fundeb (fundo para educação básica).
- Transferências para ajudar estados e municípios a arcarem com novo piso da enfermagem.
- Pagamentos de precatórios com descontos.
- Precatórios relativos ao Fundeb
- Despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações ou acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em decorrência de desastres ambientais.
- Despesas de universidades federais custeadas com receitas próprias, de doações ou convênios.
- Despesas com aumento de capital de empresas estatais.
- Créditos extraordinários.
- Transferências constitucionais de receitas para os municípios.
- Despesas custeadas com recursos oriundos de transferências dos demais entes federativos para a União destinadas à execução direta de obras e serviços de engenharia.
- Despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições.
- Despesas relativas à cobrança pela gestão de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas

“Se a gente puder cumprir o prazo de até 10 de maio na Câmara, atende bem”

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

“Vai ser necessário um ajuste para que esse arcabouço possa estabilizar o crescimento da dívida”

Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11